

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS



ATUALIZADO EM 6/5/2015

PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO 2015

Mês	TIPO	TEMA	PÁGINA	H	Créd.	Valor
JAN	Sala	Processo de contra-ordenação tributário	15	8	12	48€
	Sala	Normas internacionais de contabilidade adotados UE	15	12	18	72€
	Sala	Operações Transfronteiriças - IVA e IR	16	8	12	48€
	Sala	O regime financeiro e contabilístico das freguesias	16	8	12	48€
	Sala	Orçamento do Estado 2015, Encerramento de contas 2014	-	8	13	32€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Distância	Norma Contabilística para pequenas entidades	41	8	12	32€
	Distância	SNC - Ativos não Correntes	41	8	12	32€
	Distância	SNC - Ativos Correntes	42	8	12	32€
FEV	Distância	Contabilidade orçamental e Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	19	8	12	32€
	Sala	Encerramento de contas - Aspectos contabilísticos	17	8	12	48€
	Sala	Encerramento de contas - Aspectos fiscais	17	8	12	48€
	Sala	IRS (revisão ao código)	18	16	24	96€
	Sala	Regras de faturação e regime de bens em circulação	18	8	12	48€
	Sala	Contabilidade orçamental e Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	19	8	12	48€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Distância	Encerramento de contas - Aspectos Contabilísticos	17	8	12	32€
	Distância	Encerramento de contas - Aspectos fiscais	17	8	12	32€
MAR	Distância	Normas internacionais de contabilidade adotados UE	15	12	18	48€
	Distância	Apoios ao investimento e à exploração	42	8	12	32€
	Distância	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)	43	8	12	32€
	Distância	IRS (revisão ao código)	18	16	24	64€
	Sala	Convenções para evitar a dupla tributação	19	8	12	48€
	Sala	NCRF 17 - Ativos biológicos - aspetos contabilísticos e fiscais	20	16	24	96€
	Sala	Prestação de contas na administração pública	20	8	12	48€
	Sala	SGPS - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	21	8	12	48€
	Sala	IRC e tributações autónomas - Alterações	21	8	12	48€
	Sala	SNC-AP - Linhas orientadoras para a regulamentação da administração pública	22	8	12	48€
ABR	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Distância	Dossiê Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	24	16	24	64€
	Distância	Processo de contra-ordenação tributário	15	8	12	32€
	Distância	IRC e tributações autónomas - Alterações	21	8	12	32€
	Distância	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	39	8	12	32€
	Distância	Regime Contabilístico e Fiscal das Depreciações e Amortizações	43	8	12	32€
	Distância	Setor empresarial local - Enquadramento legal, aspectos contabilísticos e regime financeiro	26	12	18	48€
	Sala	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	22	8	12	48€
	Sala	Peritagem contabilística e fiscal nas empresas	23	8	12	48€
MAI	Sala	Apoio à contratação, Incentivo emprego e medida estímulo emprego	23	8	12	48€
	Sala	Tributação de empresas de grupo	24	8	12	48€
	Sala	Dossiê Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	24	16	24	96€
	Sala	Comércio de automóveis usados - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	25	8	12	48€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Distância	SNC - Microentidades	44	8	12	32€
	Distância	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	22	8	12	32€
	Distância	Dossiê de preços de transferência	27	8	12	32€
	Distância	Estatuto dos Benefícios Fiscais	44	8	12	32€
MAI	Distância	Convenções para evitar a dupla tributação	19	8	12	32€
	Distância	Código de Procedimento e de Processo Tributário	29	16	24	64€
	Sala	Tributação do património e imposto de selo	25	8	12	48€
	Sala	Setor empresarial local - Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e regime financeiro	26	8	12	48€
	Sala	Infrações Fiscais	26	8	12	48€
	Sala	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	27	8	12	48€
	Sala	Dossier de preços de transferência	27	8	12	48€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€
	Distância	Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22 - Quadro 07)	45	8	12	32€
Distância	NCRF 13 - Interesses em Emp. Conj. e Inv. em Associadas e o método de equivalência patrimonial	45	8	12	32€	
Distância	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	46	8	12	32€	
Distância	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balanced Scorecard)	46	12	18	48€	
Distância	A empresa em dificuldades - aspetos legais, Contabilísticos e fiscais	47	8	12	32€	

Mês	TIPO	TEMA	PÁGINA	H	Créd.	Valor	
JUN	Sala	Contratação pública	28	8	12	48€	
	Sala	Renúncia à isenção do IVA	28	8	12	48€	
	Sala	Código de Procedimento e de Processo Tributário	29	16	24	96€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Distância	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	47	8	12	32€	
	Distância	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	48	8	12	32€	
JUL	Distância	Código Contributivo	48	16	24	64€	
	Sala	Contabilidade para agentes de seguro e sociedades de mediação	29	8	12	48€	
	Sala	Lei Geral Tributária	30	8	12	48€	
	Sala	Organismos de Investimento Colectivo: Sociedades e Fundos de Investimento	30	8	12	48€	
	Sala	Regime de férias, feriados e faltas	31	8	12	48€	
	Sala	Métodos de reação aos atos inspetivos	31	16	24	96€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Distância	NCRF 21 - Provisões, ativos e passivos contingentes	49	8	12	32€	
	Distância	Localização das operações de serviços	49	8	12	32€	
SET	Distância	Infrações Fiscais	26	12	18	48€	
	Sala	Introdução à contabilidade bancária	32	8	12	48€	
	Sala	SNC-AP - O sistema de normalização contabilístico público	32	16	24	96€	
	Sala	Elaboração dos documentos previsionais nas autarquias locais	33	8	12	48€	
	Sala	Combustíveis - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	33	8	12	48€	
	Sala	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	34	12	18	72€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Distância	NCRF 17 - Ativos biológicos - aspetos Contabilísticos e fiscais	20	16	24	64€	
	Distância	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	50	8	12	32€	
	Distância	Impostos diferidos	50	8	12	32€	
	Distância	Contencioso Tributário	51	16	24	64€	
	Distância	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	34	12	18	48€	
	Distância	Revisão das normas Contabilísticas	37	32	48	128€	
	Distância	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	34	16	24	64€	
	Distância	Métodos de reação aos atos inspetivos	31	16	24	64€	
	Distância	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (aspetos Contabilísticos e fiscais)	51	16	24	64€	
	OUT	Sala	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	34	16	24	96€
		Sala	Gestão e auditoria pública	35	8	12	48€
		Sala	Farmácias - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	35	8	12	48€
Sala		Alteração aos regimes de IVA	36	8	12	48€	
Sala		Elaboração do plano de negócios	36	8	12	48€	
Sala		Livre	9-10	2	3	0€	
Sala		Livre	9-10	2	3	0€	
Distância		Operações Transfronteiriças - IVA e IR	16	8	12	32€	
Distância		Código de insolvência e recuperação de empresas	52	8	12	32€	
Distância		Gestão e auditoria pública	35	8	12	32€	
Distância		ESNL - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	38	16	24	64€	
Sala		Revisão das normas contabilísticas	37	32	48	128	
Sala		Apoio às empresas - análise financeira da informação contabilística	37	8	12	48€	
Sala		ESNL - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	38	16	24	96€	
NOV	Sala	Responsabilidade subsidiária do TOC	38	8	12	48€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Sala	Livre	9-10	2	3	0€	
	Distância	Preparação do mapa fluxos de caixa	52	8	12	32€	
	Distância	Agências de viagem-Aspetos contabilísticos e Fiscais	53	12	18	48€	
	Distância	Responsabilidade subsidiária do TOC	38	8	12	32€	
	Distância	NCRF 19 - Contratos de construção - aspetos contabilísticos e fiscais	40	8	12	32€	
	Distância	Regras de faturação e regime de bens em circulação	18	8	12	32€	
	Distância	Contabilidade de gestão na administração pública	39	8	12	32€	
	Distância	SNC-AP - O sistema de normalização contabilístico público	32	16	24	64€	
	Distância	IVA (revisão ao código)	40	16	24	64€	
	DEZ	Sala	Contabilidade de gestão na administração pública	39	8	12	48€
		Sala	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	39	8	12	48€
Sala		IVA (revisão ao código)	40	16	24	96€	
Sala		NCRF 19 - Contratos de construção - aspetos contabilísticos e fiscais	40	8	12	48€	
Sala		Livre	9-10	2	3	0€	
Distância		Ética e deontologia	53	8	12	32€	
Distância		NCRF 27 - Instrumentos financeiros - aplicações práticas	54	8	12	32€	
Distância		Elaboração do plano de negócios	36	8	12	32€	
Distância	Contratação Pública	28	8	12	32€		



FORMAÇÃO EM SALA

Segmentada | Permanente | Reuniões Livres



Mês	CÓD	FORMAÇÃO	H	Diurno	Noturno	Sáb	CQ	€
JAN	Seg0115	Processo de contra-ordenação tributário	8	5	5 e 6		12	48 €
	Seg0215	Normas internacionais de contabilidade adotadas EU (d)	12	7 e 8	7, 8 e 9		18	72 €
	Seg0315	Operações Transfronteiriças - IVA e IR	8	12	12 e 13		12	48 €
	Seg0415	O regime financeiro e contabilístico das freguesias	8	15	15 e 16		12	48 €
FEV	Seg0515	Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos	8	2	2 e 3	7	12	48 €
	Seg0615	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	5	5 e 6		12	48 €
	Seg0715	IRS (revisão ao código)	16	9 e 10	9, 10, 12 e 13		24	96 €
	Seg0815	Regras de faturação e regime de bens em circulação	8	18	18 e 19		12	48 €
	Seg0915	Contabilidade orçamental e Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	8	23	23 e 24		12	48 €
MAR	Seg1015	Convenções para evitar a dupla tributação	8	2	2 e 3		12	48 €
	Seg1115	NCRF 17 - Ativos biológicos - aspetos contabilísticos e fiscais (d)	16	5 e 6	5, 6, 9 e 10		24	96 €
	Seg1215	Prestação de contas na administração pública	8	12	12 e 13		12	48 €
	Seg1315	SGPS- Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	8	16	16 e 17		12	48 €
	Seg1415	IRC e tributações autónomas - Alterações	8	18	18 e 20	21	12	48 €
	Seg1515	SNC-AP - Linhas orientadoras para a regulamentação da administração pública	8	23	23 e 24		12	48 €
ABR	Seg1615	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	1	1 e 2		12	48 €
	Seg1715	Peritagem contabilística e fiscal nas empresas	8	6	6 e 7		12	48 €
	Seg1815	Apoio à contratação, Incentivo emprego e medida estímulo emprego	8	9	9 e 10		12	48 €
	Seg1915	Tributação de empresas de grupo	8	13	13 e 14		12	48 €
	Seg2015	Dossier Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	16 e 17	16, 17, 20 e 21		24	96 €
MAI	Seg2115	Comércio de automóveis usados - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais (d)	8	23	23 e 24		12	48 €
	Seg2215	Tributação do património e imposto de selo	8	4	4 e 5		12	48 €
	Seg2315	Setor empresarial local - Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e regime financeiro	8	7	7 e 8		12	48 €
	Seg2415	Infrações Fiscais	8	11	11 e 14		12	48 €
	Seg2515	Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados	8	18	18 e 19		12	48 €
	Seg2615	Dossier de preços de transferência	8	20	20 e 21		12	48 €
JUN	Seg2715	Contratação pública (c)	8	2	1 e 2		12	48 €
	Seg2815	Renúncia à isenção do IVA	8	4	4 e 5		12	48 €
	Seg2915	Código de Procedimento e de Processo Tributário	16	8 e 9	8, 9, 11 e 12		24	96 €
JUL	Seg3015	Contabilidade para agentes de seguro e sociedades de mediação (a)	8	1	1 e 2		12	48 €
	Seg3115	Lei Geral Tributária	8	6	6 e 7		12	48 €
	Seg3215	Organismos de Investimento Colectivo: Sociedades e Fundos de Investimento	8	9	9 e 10		12	48 €
	Seg3315	Regime de férias, feriados e faltas (b)	8	13	13 e 14	11	12	48 €
	Seg3415	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	16 e 17	16, 17, 20 e 21		24	96 €
SET	Seg3515	Introdução à contabilidade bancária (a)	8	1	1 e 2		12	48 €
	Seg3615	SNC-AP - O sistema de normalização contabilístico público	16	3 e 4	3, 4, 8 e 10		24	96 €
	Seg3715	Elaboração dos documentos previsionais nas autarquias locais	8	11	11 e 14		12	48 €
	Seg3815	Combustíveis - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	8	16	16 e 17		12	48 €
	Seg3915	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	28 e 29	28, 29 e 30		18	72 €
OUT	Seg4015	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	1 e 2	1, 2, 5 e 6		24	96 €
	Seg4115	Gestão e auditoria pública	8	7	7 e 8		12	48 €
	Seg4215	Farmácias - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	8	12	12 e 13		12	48 €
	Seg4315	Alteração aos regimes de IVA	8	15	15 e 16	17	12	48 €
	Seg4415	Elaboração do plano de negócios	8	26	26 e 27		12	48 €
NOV	Per0115	Revisão das normas contabilísticas	32	2, 3, 4 e 5	2, 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 12		48	128
	Seg4515	Apoio às empresas - análise financeira da informação contabilística	8	13	13 e 16		12	48 €
	Seg4615	ESNL - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	16	17 e 18	17, 18, 19 e 20		24	96 €
	Seg4715	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	23	23 e 24		12	48 €
DEZ	Seg4815	Contabilidade de gestão na administração pública	8	1	1 e 2		12	48 €
	Seg4915	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	3	3 e 4		12	48 €
	Seg5015	IVA (revisão ao código)	16	9 e 10	9, 10, 11 e 14		24	96 €
	Seg5115	NCRF 19 - Contratos de construção - aspetos contabilísticos e fiscais	8	15	15 e 18		12	48 €



HORÁRIO DIURNO: 12 HORAS (1º dia: 09h00-13h00 / 14h00-18h00 e 2º dia: 9h00 -13h00) **Outras** (9h00-13h00 / 14h00-18h00)

HORÁRIO NOTURNO: 19h00-23h00

OBSERVAÇÕES

- (a) Só há em Lisboa e Porto e apenas Diurno (Seg3015, Seg3215 e Seg3515);
- (b) Em Angra do Heroísmo será no Hotel do Caracol (Seg3315);
- (c) Não há noturno da Seg2715 em Beja
- (d) Em Évora será no Hotel Mar de Ar - Muralhas (Seg0215, Seg1115 e Seg2115)

NOTAS:

- 1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio internet e até 15 dias antes de cada formação;
- 2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na Pasta TOC > Formação;
- 3. Só são admitidas inscrições de Técnicos Oficiais de Contas;
- 4. As inscrições estão limitadas à capacidade das salas;
- 5. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação.

CIDADE	LOCAL	MORADA
Angra	Terceira Mar Hotel	Portões de São Pedro, 1
Angra II	Hotel do Caracol	Estrada Regional nº1 – Silveira
Aveiro	Representação da OTOC	Rua Cristóvão Pinho Queimado, 42, Lote 4, Piso 1, Loja 0 - Forca
Beja	NERBE	Rua Cidade de S. Paulo
Braga	Representação da OTOC	Praça Camilo Castelo Branco, 37
Bragança	NERBA	Alto das Cantarias – Saída Sul
C Branco	Representação da OTOC	Urbanização Quinta Pires Marques-Avenida de Espanha, 27 R/C Esqº
Coimbra	Representação da OTOC	Urbanização Panorama, Lote 3 - Loja 1, Monte Formoso
Évora	Evorahotel	Avenida Túlio Espanca
Évora II	Hotel Mar de Ar - Muralhas	Travessa da Palmeira, 4/6
Faro	Representação da OTOC	Rua António Belchior Júnior n.º3
Funchal	Representação da OTOC	Avenida da Madalena, 99 Edif. Pç. das Madalenas I, R/C D -9020-330 Stº António
Guarda	ESTG	Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
Horta	Hotel do Canal	Largo Dr. Manuel Arriaga
Leiria	Representação da OTOC	Rua Paulo VI (Vale da Cabrita), Lote 44, 23B - Loja 4, R/C
Lisboa I	OTOC	Rua Barbosa du Bocage, 45
Lisboa II	Universidade Lusíada	Rua Quinta do Almargem
P. Delgada	Representação da OTOC	Avenida Infante D. Henrique n.º 71, Solmar Avenida Center, 1.º andar, Loja 136
Portalegre	ESTG	Lugar da Abadessa
Porto I	Representação da OTOC	Rua da Boavista, 383-R/C
Porto II	Hotel Vila Gale	Avenida Fernão de Magalhães, 7
Santarém	Representação da OTOC	Avenida Madre Andaluz, 12-B
Setúbal	Representação da OTOC	Estrada das Machadas, Urbanização Golfinhos Sado, 5 Loja 5A
V. Castelo	Estalagem Melo Alvim	Avenida Conde da Carreira, n.º 28
V. Real	Representação da OTOC	Avenida 1º de Maio, 23
Viseu	Representação da OTOC	Rua Dr. António Costa, nº 12 - Jogueiros



REUNIÕES LIVRES

ANGRA DO HEROÍSMO

Sala Gaspar Côrte-Real – Terceira Mar Hotel
Portões de São Pedro, 1
29 jan, 26 fev, 26 mar, 30 abr, 28 mai, 25 jun, 23 jul,
24 set, 29 out, 26 nov, 17 dez

AVEIRO

ISCAA - Auditório Joaquim José da Cunha
R. Assoc. Humanitária dos Bombeiros de Aveiro
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

BEJA

NERBE - Núcleo Empresarial da Região de Beja
R. Cidade de S. Paulo
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

BRAGA

Seminário de Nossa Senhora da Conceição
Rua de S. Domingos, 94 B
14 e 28 jan, 11 e 27 fev, 11 e 25 mar, 8 e 27 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

BRAGANÇA

NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança
Alto das Cantarias, Saida Sul
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

CASTELO BRANCO

Representação da OTOC
Urb. Quinta Pires Marques - Av. Espanha, 27 R/C Esq.
14 jan, 11 fev, 11 mar, 8 abr, 13 mai, 3 jun, 8 jul, 9 set,
14 out, 11 nov, 16 dez

COIMBRA

Representação da OTOC
Urb. Panorama, Lt. 3 - Lj. 1, Monte Formoso
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

COVILHÃ

Pavilhão Exposições da Anil, Sala do Conselho Geral
Avenida da Anil
28 jan, 25 fev, 25 mar, 22 abr, 27 mai, 17 jun, 22 jul,
23 set, 28 out, 25 nov

ÉVORA

CCDRA – Com. de Coord. e Desenv. Regional do Alentejo
Avenida Eng. Arantes e Oliveira, 193
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

FARO

Representação da OTOC
Rua António Belchior Júnior n.º 3
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

FUNCHAL

Representação da OTOC
Av. da Madalena, 99, Edif. Pç. Madalenas I, R/C D - Stº António
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez



GUARDA

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão - Auditório
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set,
14 e 28 out, 11 e 25 nov, 16 dez

HORTA

Hotel do Canal - Lg. Dr. Manuel Arriaga
31 jan, 28 fev, 28 mar, 2 mai, 30 mai, 27 jun, 25 jul,
26 set, 31 out, 28 nov, 19 dez

LEIRIA

Teatro José Lúcio da Silva
Av. Heróis de Angola
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set,
14 e 28 out, 11 e 25 nov, 16 dez

LISBOA

Faculdade de Medicina Dentária - Auditório
Cidade Universitária
15 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set,
14 e 28 out, 11 e 25 nov, 16 dez

PONTA DELGADA

Representação da OTOC
Av. Infante D. Henrique n.º 71, Solmar Av. Center, Lj 136
28 jan, 25 fev, 25 mar, 29 abr, 27 mai, 24 jun, 22 jul,
23 set, 28 out, 25 nov, 16 dez

PORTALEGRE

Escola Sup. de Tec. e Gestão - Anf. de Ensino
Lugar da Abadessa
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set,
14 e 28 out, 11 e 25 nov, 16 dez

PORTO

Seminário de Vilar
R. Arceidiago van Zeller, 50
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

SANTARÉM

Representação da OTOC
Av. Madre Andaluz, 12 B
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

SETÚBAL

Escola Superior de Ciências Empresariais - Auditório
Campus do IPS – Estefanilha
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

VIANA DO CASTELO

Escola Sup. de Tecnologia e Gestão - Auditório
Avenida do Atlântico
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

VILA REAL

Representação da OTOC | Av. 1.º de Maio, n.º 23
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

UISEU

Representação da OTOC
Rua Dr. António Costa, n.º 12 - Jogueiros
14 e 28 jan, 11 e 25 fev, 11 e 25 mar, 8 e 22 abr,
13 e 27 mai, 3 e 17 jun, 8 e 22 jul, 9 e 23 set, 14 e 28 out,
11 e 25 nov, 16 dez

FORMAÇÃO À DISTÂNCIA

MÊS	CÓD	FORMAÇÃO	H	DATA	CQ	CUSTO
JAN	Dis0115	Norma Contabilística para pequenas entidades	8	21 JAN a 5 FEV	12	32 €
	Dis0215	SNC - Ativos não Correntes	8	21 JAN a 5 FEV	12	32 €
	Dis0315	SNC - Ativos Correntes	8	21 JAN a 5 FEV	12	32 €
	Dis0415	Contabilidade orçamental e Lei dos compromissos e pagamentos em atraso	8	21 JAN a 5 FEV	12	32 €
FEV	Dis0515	Encerramento de contas - Aspetos Contabilísticos	8	4 a 19 FEV	12	32 €
	Dis0615	Encerramento de contas - Aspetos fiscais	8	4 a 19 FEV	12	32 €
	Dis0715	Normas internacionais de contabilidade adotados EU	12	4 a 25 FEV	18	48 €
	Dis0815	Apoios ao investimento e à exploração	8	4 a 19 FEV	12	32 €
	Dis0915	Alterações ao código de trabalho e sua aplicação prática (processamento de salários)	8	4 a 19 FEV	12	32 €
	Dis1015	IRS (revisão ao código)	16	4 FEV a 5 MAR	24	64 €
MAR	Dis1115	Dossier Fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	16	4 MAR a 2 ABR	24	64 €
	Dis1215	Processo de contra-ordenação tributário	8	4 a 19 MAR	12	32 €
	Dis1415	IRC e tributações autónomas - Alterações	8	4 a 19 MAR	12	32 €
	Dis1515	Mais e Menos Valias em IRC e IRS	8	4 a 19 MAR	12	32 €
	Dis1615	Regime Contabilístico e Fiscal das Depreciações e Amortizações	8	4 a 19 MAR	12	32 €
	Dis1715	Setor empresarial local – Enquadramento legal, aspectos contabilísticos e regime financeiro	12	4 a 25 MAR	18	48 €
ABR	Dis1815	SNC - Microentidades	8	1 a 16 ABR	12	32 €
	Dis1915	Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	8	1 a 16 ABR	12	32 €
	Dis2015	Dossier de preços de transferência	8	1 a 16 ABR	12	32 €
	Dis2115	Estatuto dos Benefícios Fiscais	8	1 a 16 ABR	12	32 €
	Dis2215	Convenções para evitar a dupla tributação	8	1 a 16 ABR	12	32 €
	Dis2315	Código de Procedimento e de Processo Tributário	16	1 a 29 ABR	24	64 €
MAI	Dis1315	Apuramento do lucro tributável (Preenchimento da declaração modelo 22 - Quadro 07)	8	6 a 21 MAI	12	32 €
	Dis2415	NCRF 13 - Interesses em Emp. Conjuntos Investimentos em Associadas e o mét. equivalência patrimonial	8	6 a 21 MAI	12	32 €
	Dis2515	Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	8	6 a 21 MAI	12	32 €
	Dis2615	Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balanced Scorecard)	12	6 a 28 MAI	18	48 €
	Dis2715	A empresa em dificuldades - aspetos legais, Contabilísticos e fiscais	8	6 a 21 MAI	12	32 €
JUN	Dis2815	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8	3 a 18 JUN	12	32 €
	Dis2915	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8	3 a 18 JUN	12	32 €
	Dis3015	Código Contributivo	16	3 JUN a 2 JUL	24	64 €
JUL	Dis3115	NCRF 21 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	8	1 a 16 JUL	12	32 €
	Dis3215	Localização das operações de serviços	8	1 a 16 JUL	12	32 €
	Dis3315	Infrações Fiscais	12	1 a 23 JUL	18	48 €

MÊS	CÓD	FORMAÇÃO	H	DATA	CQ	CUSTO
SET	Dis3415	NCRF 17 - Ativos biológicos - aspetos Contabilísticos e fiscais	16	16 SET a 14 OUT	24	64 €
	Dis3515	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	8	16 a 30 SET	12	32 €
	Dis3615	Impostos diferidos	8	16 a 30 SET	12	32 €
	Dis3715	Contencioso Tributário	16	16 SET a 14 OUT	24	64 €
	Dis3815	O processo de execução fiscal na Administração Fiscal e na Segurança Social	12	16 SET a 8 OUT	18	48 €
	Dis3915	Revisão das normas Contabilísticas	32	30 SET a 5 NOV	48	128 €
	Dis4015	Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	16	30 SET a 29 OUT	24	64 €
	Dis4115	Métodos de reação aos atos inspetivos	16	30 SET a 29 OUT	24	64 €
	Dis4215	Dissolução, Liquidação, Fusão e Cisões de Sociedades (aspetos Contabilísticos e fiscais)	16	30 SET a 29 OUT	24	64 €
OUT	Dis4315	Operações Transfronteiriças - IVA e IR	8	7 a 22 OUT	12	32 €
	Dis4415	Código de insolvência e recuperação de empresas	8	7 a 22 OUT	12	32 €
	Dis4515	Gestão e auditoria pública	8	7 a 22 OUT	12	32 €
	Dis4615	ESNL - Enquadramento legal e aspetos contabilísticos e fiscais	16	28 OUT a 26 NOV	24	64 €
NOV	Dis4715	Preparação do mapa fluxos de caixa	8	4 a 19 NOV	12	32 €
	Dis4815	Agências de viagem-Aspetos contabilísticos e Fiscais	12	4 a 26 NOV	18	48 €
	Dis4915	Responsabilidade subsidiária do TOC	8	4 a 19 NOV	12	32 €
	Dis5015	NCRF 19 - Contratos de construção - aspetos contabilísticos e fiscais	8	4 a 19 NOV	12	32 €
	Dis5115	Regras de faturação e regime de bens em circulação	8	4 a 19 NOV	12	32 €
	Dis5215	Contabilidade de gestão na administração pública	8	4 a 19 NOV	12	32 €
	Dis5315	SNC-AP - O sistema de normalização contabilístico público	16	18 NOV a 17 DEZ	24	64 €
	Dis5415	IVA (revisão ao código)	16	18 NOV a 17 DEZ	24	64 €
DEZ	Dis5515	Ética e deontologia	8	2 a 17 DEZ	12	32 €
	Dis5615	NCRF27 – instrumentos financeiros – aplicações práticas	8	2 a 17 DEZ	12	32 €
	Dis5715	Elaboração do plano de negócios	8	2 a 17 DEZ	12	32 €
	Dis5815	Contratação Pública	8	2 a 17 DEZ	12	32 €
	Dis5915	Organismos de Investimento Colectivo: Sociedades e Fundos de Investimento	8	2 a 17 DEZ	12	32 €

NOTAS:

1. As inscrições são feitas exclusivamente pelo sítio internet e até 15 dias antes de cada formação;
2. Nas 48 horas seguintes ao pagamento, consulte o estado da inscrição e acessos à plataforma na Pasta TOC > Informações do TOC > Formação;
3. Só são admitidas inscrições de Técnicos Oficiais de Contas;
4. Não se aceitam pedidos de devolução do pagamento após início da formação.



CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS



JANEIRO
SEG0115

MARÇO
DIS1215

PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO TRIBUTÁRIO

1. Processo de aplicação das coimas - fase administrativa
 - 1.1 Competência para a instauração e instrução
 - 1.2 Investigação e instrução
 - 1.3 Notificação e apresentação de defesa
 - 1.4 Aplicação de coima - competências
 - 1.5 Arquivamento do processo
 - 1.6 Pagamento
2. Processo de aplicação das coimas - fase judicial

Autor: Jesuíno Martins

JANEIRO
SEG0215

FEVEREIRO
DIS0715

NORMAS INTERNACIONAIS ADOTADAS NA UE

1. A Normalização Contabilística na União Europeia
 - 1.1. As Diretivas Comunitárias
 - 1.2. O Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002
 - 1.3. O Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão de 29 SET 2003
 - 1.4. O Regulamento (CE) n.º 1126/2008, de 3 NOV 2008 e as respectivas modificações
2. As Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas na UE
 - 2.1. IAS 1 Apresentação de Demo. Financeiras (revista em 2007)
 - 2.2. IAS 2 Inventários
 - 2.3. IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 - 2.4. IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
 - 2.5. IAS 10 Acontecimentos após o Período de Relato
 - 2.6. IAS 11 Contratos de Construção
 - 2.7. IAS 12 Impostos sobre o Rendimento
 - 2.8. IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis
 - 2.9. IAS 17 Locações
 - 2.10. IAS 18 Rêdito
 - 2.11. IAS 19 Benefícios dos Empregados
 - 2.12. IAS 20 Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais
 - 2.13. IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
 - 2.14. IAS 23 Custos de Empréstimos Obtidos (revista em 2007)
 - 2.15. IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas
 - 2.16. IAS 26 Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma
 - 2.17. IAS 27 Demo. Financeiras Consolidadas e Separadas
 - 2.18. IAS 28 Investimentos em Associadas
 - 2.19. IAS 29 Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
 - 2.20. IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos

Autor: Avelino Antão



JANEIRO
SEG0315

OUTUBRO
DIS4315

OPERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS – IVA E IR

1. Imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.1 O comércio com países terceiros
 - 1.1.1 Importações
 - 1.1.2 Exportações
 - 1.2 O comércio com os outros Estados membros
 - 1.2.1 O regime de tributação das aquisições intracomunitárias de bens
 - 1.3 As regras de localização das prestações de serviços
 - 1.3.1 As duas regras gerais
 - 1.3.2 As exceções às duas regras gerais
2. Imposto sobre o rendimento
 - 2.1 Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
 - 2.1.1 A determinação da residência fiscal
 - 2.1.2 Rendimentos obtidos em território nacional
 - 2.1.3 Tributação dos não residentes
 - 2.1.4 Tributação dos rendimentos obtidos fora do território nacional e dupla tributação
 - 2.2 Imposto sobre as pessoas coletivas
 - 2.2.1 Âmbito de sujeição em IRC
 - 2.2.2 Rendimentos obtidos em território nacional
 - 2.2.3 A tributação dos rendimentos pagos a não residentes
 - 2.2.4 O conceito de estabelecimento estável
 - 2.2.5 A dupla tributação internacional
 - 2.2.6 As convenções para evitar a dupla tributação
 - 2.2.7 Isenções ao abrigo da Directiva 2011/96/EU 49
 - 2.2.8 Isenções ao abrigo da directiva 2003/49/CE 50
 - 2.2.9 Créditos de imposto por dupla tributação internacional
 - 2.2.10 O afastamento de lucros e prejuízos de estabelecimento estável situado fora do território português

Autores: Paula Franco e Amândio Silva

JANEIRO
SEG0415

REGIME FINANCEIRO E CONTABILÍSTICO PARA JUNTAS DE FREGUESIA

1. O sistema contabilístico das freguesias
2. Os documentos previsionais
 - 2.1 Orçamento
 - 2.2 Plano Plurianual de Investimentos
3. Execução orçamental da despesa e receita
 - 3.1 Fases de registo contabilístico da despesa
 - 3.2 Fases de registo contabilístico da receita
 - 3.3 Documentos de suporte
4. O controlo Interno
 - 4.1 Métodos e procedimento de controlo
 - 4.2 A norma de controlo Interno
5. A prestação de contas
 - 5.1 Documento de prestação de contas
 - 5.2 Tramitação da prestação de contas

Autor: Maria José Fernandes



FEVEREIRO
SEG0515

FEVEREIRO
DIS0515

ENCERRAMENTO DE CONTAS – ASPETOS CONTABILÍSTICOS

1. A contabilidade como sistema de informação
2. Os utilizadores da informação contabilística
3. A Prestação de contas
4. Normativos contabilísticos
 - 4.1 Sistema de Normalização Contabilística
 - 4.2 Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
 - 4.3 Normalização contabilística para Microentidades
 - 4.4 Demonstrações Financeiras
 - 4.5 Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
 - 4.6 Consolidação de Contas
5. Operações anteriores ao encerramento das contas
6. Operações de encerramento
 - 6.1 Revalorizações – Ativos Fixos tangíveis e ativos intangíveis
 - 6.2 Depreciações e Amortizações
 - 6.3 Imparidades em ativos
 - 6.4 Aplicação do justo valor
 - 6.5 Método de equivalência patrimonial
 - 6.6 Inventários
 - 6.7 Diferenças de câmbio
 - 6.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 6.9 Rédito
 - 6.10 Contratos de construção
 - 6.11 Regime do acréscimo
 - 6.12 Subsídios do governo
 - 6.13 Impostos diferidos
 - 6.14 Estimativa de imposto
 - 6.15 Apuramento dos resultados
 - 6.16 Preparação do Balanço e da Demonstração de Resultados

Autor: Rui Sousa

FEVEREIRO
SEG0615

FEVEREIRO
DIS0615

ENCERRAMENTO DE CONTAS – ASPETOS FISCAIS

1. A declaração modelo 22
 - 1.1 Função e prazos de apresentação
 - 1.2 Tipos de sujeitos passivos
2. Quadro 07 da declaração modelo 22
 - 2.1 Regime transitório POC – SNC
 - 2.2 Variações patrimoniais
 - 2.3 Método de equivalência patrimonial
 - 2.4 Correções relacionadas com o uso de justo valor
 - 2.5 Perdas por imparidade
 - 2.6 Ajustamentos em inventários
 - 2.7 Depreciações e amortizações
 - 2.8 Mais valias fiscais, menos valias fiscais e reinvestimento
 - 2.9 Limites à dedução dos encargos financeiros
 - 2.10 Correções ao valor de transmissão dos imóveis
 - 2.11 Preços de transferência
3. Quadro 09 da declaração modelo 22 e anexo D
 - 3.1 Rendimentos isentos e o Anexo D
 - 3.2 Dedução de prejuízos fiscais
4. Quadro 10 da declaração modelo 22
 - 4.1 Apuramento da coleta e o anexo C – Regiões autónomas
 - 4.2 Crédito de imposto por dupla tributação internacional
 - 4.3 Derrama Municipal
 - 4.4 Derrama Estadual
 - 4.5 Tributações autónomas
5. A IES – Informação Empresarial Simplificada
 - 5.1 Anexo A – Informações contabilísticas
 - 5.2 Anexo A – Informações Fiscais
6. O dossiê fiscal

Autor: Rui Sousa



FEVEREIRO
SEG0715

FEVEREIRO
DIS1015

IRS (REVISÃO AO CÓDIGO)

1. Os sujeitos passivos de IRS
 - 1.1. Caracterização do imposto
 - 1.2. Estrutura do imposto
 - 1.3. Os sujeitos passivos de IRS
 - 1.4. As pessoas coletivas e o IRS
2. Rendimentos tributáveis em IRS
 - 2.1. Aspetos comuns
 - 2.2. Rendimentos do trabalho dependente - categoria A
 - 2.3. Rendimentos empresariais e profissionais – categoria B
 - 2.4. Rendimentos de capitais – categoria E
 - 2.5. Rendimentos prediais – categoria F
 - 2.6. Incrementos patrimoniais – categoria G
 - 2.7. Pensões – categoria H
3. Rendimento coletável
 - 3.1. Aspetos comuns
 - 3.2. Aspetos específicos
 - 3.2.1. Categoria B
 - 3.2.2. Categoria F
 - 3.2.3. Categoria G
4. Modelos declarativos
5. A liquidação e o pagamento
6. Retenções na fonte
7. Obrigações acessórias
8. Garantias dos contribuintes em sede de IRS

Autor: Liliana Pereira

FEVEREIRO
SEG0815

NOVEMBRO
DIS5115

REGRAS DE FATURAÇÃO E REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

1. Regras da faturação
 - 1.1. Obrigação de emissão de faturas
 - 1.2. Situações de dispensa de emissão de faturas
 - 1.3. Requisitos das faturas;
 - 1.4. Requisitos da fatura simplificada
 - 1.5. O caso especial da fatura recibo eletrónica
 - 1.6. Menções obrigatórias
 - 1.7. Formas de emissão da faturação
 - 1.8. A obrigação de dispor de faturação certificada
 - 1.9. O SAFT da faturação e as formas de comunicação das faturas
2. Regime dos bens em circulação
 - 2.1. Emissão e processamento dos documentos de transporte
 - 2.2. Elementos obrigatórios
 - 2.3. Documento de transporte global
 - 2.4. Situações específicas
 - 2.5. Comunicação à AT dos elementos dos documentos de transporte
 - 2.6. Infrações
 - 2.7. Tipografias autorizadas e suas obrigações

Autores: Jorge Carrapiço e Paula Franco



FEVEREIRO
SEG0915

JANEIRO
DIS0415

CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E LEI DOS COMPROMISSOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Contabilidade Orçamental
 - 1.1 Sistemas contabilísticos na administração pública
 - 1.2. Elaboração do orçamento
 - 1.3. Modificações ao orçamento
 - 1.4. Execução da receita
 - 1.5. Execução da despesa
 - 1.6. Operações de tesouraria
 - 1.7. Documentos de prestação de contas
2. A Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso
 - 2.1. Introdução e justificação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)
 - 2.2. Âmbito (a quem se aplica a LCPA)
 - 2.3. Fundos disponíveis
 - 2.4. Compromissos
 - 2.5. Pagamentos
 - 2.6. Atrasos nos pagamentos
 - 2.7. Prestação de informação
 - 2.8. Registos contabilísticos

Autor: João Carvalho

MARÇO
SEG1015

ABRIL
DIS2215

CONVENÇÕES PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO

1. Introdução
2. Aplicação das Convenções em Portugal e as Convenções celebradas
3. A Convenção Modelo OCDE
4. A tributação dos rendimentos face às Convenções para evitar a dupla tributação
5. Eliminação da dupla tributação
6. Disposições especiais: Princípio da não discriminação; procedimento amigável e troca de informação

Autor: Ana Lúcia Santos





MARÇO
SEG1115

SETEMBRO
DIS3415

NCRF 17 – ATIVOS BIOLÓGICOS – ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
 - 2.1. Normativo POC – Agricultura
 - 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
 - 2.2.1. Âmbito
 - 2.2.2. Reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas
 - 2.2.3. Subsídios Governamentais no âmbito da NCRF 17
 - 2.2.4. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
 - 3.1. Ativos biológicos de produção
 - 3.2. Ativos biológicos consumíveis
 - 3.3. Explorações silvícolas

Autores: Cristina Lopes e Paula Franco

MARÇO
SEG1215

PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Enquadramento
2. Finalidade e informação da prestação de contas
3. Documentos exigidos no POCP e planos setoriais
4. Destinatários da informação contabilística
 - 4.1 Documentos exigidos pelo Tribunal de Contas
 - 4.2 Documentos exigidos pela Direção Geral do Orçamento
 - 4.3 Outras entidades
5. Análise dos diferentes documentos de prestação de contas

Autor: João Carvalho



MARÇO
SEG1315

SGPS – ENQUADRAMENTO LEGAL E ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Regime Jurídico das SGPS
 - 1.1 Tipos de sociedade e objeto social
 - 1.2 Participações admitidas
 - 1.3 Operações vedadas às SGPS
 - 1.4 Obrigações específicas
2. Aspetos contabilísticos
 - 2.1 Método de equivalência patrimonial – NCRF 13
3. Regime Fiscal das SGPS
 - 3.1 A tributação das Mais valias em IRC
 - 3.2 A eliminação da dupla tributação dos lucros distribuídos em IRC
 - 3.2 Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades
 - 3.3 A problemática do direito à dedução em IVA
 - 3.4 As operações financeiras entre a SGPS e as participadas – Imposto do selo

Autor: Artur Silva

MARÇO
SEG1415

MARÇO
DIS1415

IRC E TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS - ALTERAÇÕES

1. Conceitos gerais
 - 1.1 Incidência
 - 1.2 Extensão da obrigação do imposto
 - 1.3 Período de tributação
2. A transparência fiscal
 - 2.1 Conceitos
 - 2.2 Alterações introduzidas pela Reforma do IRC
3. Isenções
4. Determinação da matéria coletável
 - 4.1 Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
 - 4.2 Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
 - 4.3 Entidades não residentes
 - 4.4 Regime simplificado de determinação da matéria coletável
5. Taxas de IRC
6. Taxas
7. A tributação autónoma
 - 7.1 As despesas não documentadas
 - 7.2 Os encargos sobre viaturas ligeiras de passageiros
 - 7.3 Ajudas de custo e quilómetros
 - 7.4 As despesas de representação
 - 7.5 Os pagamentos a entidades não residentes e submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável
 - 7.6 Os bónus e compensações ou indemnizações pagos a gestores, administradores ou gerentes
8. Liquidação
9. Pagamento
10. Obrigações acessórias e garantias dos contribuintes

Autores: Ana Cristina Silva e Elsa Costa



MARÇO
SEG1515

SNC-AP - LINHAS ORIENTADORAS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. O SNC-AP como um sistema composto por três sub-sistemas: contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão
2. Contabilidade Orçamental
3. Contabilidade de Gestão no sector público
4. SNC-AP versus SNC: as principais diferenças ao nível da Contabilidade Financeira:
 - a) Estrutura conceptual;
 - b) Modelos de Demonstrações Financeiras;
 - c) Plano de Contas multi-dimensional;
 - d) Normas de Contabilidade Pública (NCP): as normas de contabilidade financeira típicas do sector público (especial ênfase com exercícios práticos sobre a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente; NCP 9 - Imparidades de ativos (não geradores de caixa) e NCP 14 – Rendimento de Transações Sem Contraprestação).

Autor: Lúcia Lima Rodrigues

ABRIL
SEG1615

ABRIL
DIS1915

PERDAS POR IMPARIDADE E CRÉDITOS INCOBRÁVEIS EM IVA E IRC

1. Aspectos contabilísticos
 - 1.1. NCRF 12 – Imparidade de ativos
 - 1.2. Indicação de que um ativo possa estar com imparidade
 - 1.3. Mensuração da quantia recuperável
 - 1.4. Reversão de perdas por imparidade
 - 1.5. Realização de testes de imparidade
 - 1.6. O tratamento da imparidade nas várias NCRF
 - 1.6.1. Imparidade em dívidas a receber
 - 1.6.2. Imparidade em inventários
 - 1.6.3. Imparidade em investimentos financeiros
 - 1.6.4. Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis
 - 1.6.5. Imparidade em propriedades de investimento
 - 1.7. Desreconhecimento das dívidas a receber por incobrabilidade
2. Aspectos fiscais
 - 2.1. IRC
 - 2.1.1. Perdas por imparidade em créditos e créditos incobráveis
 - 2.1.2. As desvalorizações excecionais
 - 2.1.3. Ajustamentos em inventários
 - 2.2. IVA
 - 2.3. A regularização do IVA em créditos de cobrança duvidosa
 - 2.4. A regularização do IVA nos créditos incobráveis

Autor: Nuno Miguel da Costa Tavares



ABRIL
SEG1715

PERITAGEM CONTABILÍSTICA E FISCAL NAS EMPRESAS

1. Conceitos: Peritagem Contabilística e Peritagem Fiscal
2. Peritagem e Auditoria
3. Peritagem Contabilística
- 3.1 Tipos: Judicial, Extrajudicial e Arbitral
- 3.2 Peritagem e Avaliação
4. A Peritagem no Código do Processo Civil
- 4.1 A Prova pericial
- 4.2 Compromisso dos peritos
- 4.3 Relatório pericial
- 4.4 Incompatibilidades do perito
5. O perito no Tribunal Arbitral
6. Metodologia e Normas
7. Os peritos na Lei Geral Tributária
- 7.1 Avaliação Indireta
- 7.2 Transmissão de imóveis para efeitos de IRC
- 7.3 Prova pericial nas regularizações do IVA

Autor: João Cipriano

ABRIL
SEG1815

APOIOS À CONTRATAÇÃO, INCENTIVO AO EMPREGO E MEDIDA DE ESTÍMULO AO EMPREGO

1. Apoios à contratação
- 1.1. Incentivo emprego
- 1.1.1. Destinatário e apoios
- 1.1.2. Condições de acesso
- 1.2. Medida estímulo emprego
- 1.2.1. Promotores e destinatários
- 1.2.2. Apoios e formação profissional
- 1.2.3. Condições de acesso
- 1.3. Dispensa de contribuições

Autor: António José Borralho Ramalho



ABRIL
SEG1915

TRIBUTAÇÃO DE EMPRESAS DE GRUPO

1. A legislação comercial – Código das sociedades comerciais
 - 1.1 Sociedades em relação de domínio
 - 1.2 Sociedades em relação de grupo
2. Aspetos contabilísticos no reconhecimento de participações financeiras
 - 2.1 Goodwill e badwill
 - 2.2 Método de equivalência patrimonial
 - 2.3 Consolidação de contas
3. Aspetos fiscais – IRC
 - 3.1 Regime geral
 - 3.2 Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades – RETGS
 - 3.2.1 Conceitos
 - 3.2.2 Requisitos e exclusões
 - 3.2.3 Procedimentos e obrigações declarativas
 - 3.2.4 Obrigações de pagamento

Autor: Duarte Nuno Rodrigues da Rocha Araújo

ABRIL
SEG2015

MARÇO
DIS1115

DOSSIÊ FISCAL – ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Normativos contabilísticos e necessidades de divulgação
2. O Anexo
 - 2.1 SNC – modelo geral
 - 2.2 NCRF-PE
 - 2.3 NC-ME
 - 2.4 NCRF-ESNL
3. Processo de documentação fiscal em IRS e IRC – “dossiê fiscal”
 - 3.1 Normativo aplicável
 - 3.2 Conservação e acesso por parte da Administração Fiscal
 - 3.3 Documentos que integram o dossiê fiscal
 - 3.4 A importância do dossiê fiscal – análise de alguns casos
 - 3.5 Processo de documentação fiscal – preços de transferência

Autor: Vítor Vale



ABRIL
SEG2115

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS USADOS – ENQUADRAMENTO LEGAL E ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Aspetos legais e regulamentação da atividade
2. Aspetos fiscais
 - 1.1 Imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.2 O Regime Especial de Tributação dos Bens em Segunda Mão
 - 1.3 Regime normal de IVA – Liquidação do imposto e direito à dedução
 - 1.4 Tratamento em IVA das aquisições de veículos noutros Estados Membros
3. Imposto sobre Veículos e imposto único de circulação
4. Imposto sobre o rendimento – principais contingências
5. Organização contabilística e registo das operações
6. O Registo de veículos e outras formalidades legais

Autor: Isaías de Pinho e Sousa

MAIO
SEG2215

TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO E IMPOSTO DO SELO

1. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
 - 1.1. Incidência
 - 1.1.1. Real ou objetiva
 - 1.1.2. Incidência subjetiva
 - 1.2. Início da tributação em IMI
 - 1.3. Matrizes
 - 1.3.1. Atualização das matrizes
 - 1.3.2. Reclamação das matrizes
 - 1.4. Avaliações
2. IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
 - 2.1. Incidência
 - 2.1.1. Real ou objetiva
 - 2.2. Determinação da matéria coletável
 - 2.3. Liquidação
 - 2.4. Valor patrimonial tributário excessivo
 - 2.5. Taxas
 - 2.6. Pagamento do imposto
3. IS - Imposto do Selo
 - 3.1. Incidência objetiva
 - 3.2. Incidência subjetiva
 - 3.3. Encargo do imposto
 - 3.4. Territorialidade
 - 3.5. Nascimento da obrigação tributária
 - 3.6. Isenções

Autor: Abílio Marques



MAIO
SEG2315

MARÇO
DIS1715

SETOR EMPRESARIAL LOCAL – ENQUADRAMENTO LEGAL, ASPETOS CONTABILÍSTICOS E REGIME FINANCEIRO

1. Enquadramento Legal
 - 1.1 Administração Central e Local
 - 1.2 O Sector Empresarial Local
 - 1.2.1 Empresas Locais e Participações Locais
 - 1.2.2 Articulação entre o regime jurídico da atividade empresarial local e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e entidades intermunicipais.
 - 1.2.3 As Empresas Locais e o Código das Sociedades Comerciais.
2. Contabilidade e Prestação de Contas e Regime Financeiro
 - 2.1. Prestação de Contas
 - 2.2. Equilíbrio de Contas
 - 2.3. Consolidação de contas
 - 2.4. Controlo Financeiro e Fiscalização
3. Enquadramento Fiscal
 - 3.1. IRC
 - 3.2. IVA
 - 3.3. Outras Obrigações

Autor: João Carvalho e Vitor Simões

MAIO
SEG2415

JULHO
DIS3315

INFRAÇÕES FISCAIS

1. Normativo aplicável
2. Conceito e espécies de infrações fiscais
3. Responsabilidade
4. Crimes e contraordenações: distinção e moldura sancionatória aplicável
5. Processo penal tributário
6. Processo de contraordenação tributária
7. Tipos de crime fiscal
8. Tipos de contraordenação fiscal

Autor: Vasco Guimarães



MAIO
SEG2515

MANIFESTAÇÕES DE FORTUNA E OUTROS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS NÃO JUSTIFICADOS

1. Tributação das manifestações de fortuna no contexto do combate à fraude e evasão fiscais
2. Pressupostos e âmbito de aplicação da tributação das manifestações de fortuna
3. Meios de defesa do contribuinte e garantias
4. Análise de casos práticos

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto

MAIO
SEG2615

ABRIL
DIS2015

DOSSIÊ DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

1. Enquadramento fiscal – nacional e internacional
2. Atuação da Administração Tributária e penalidades aplicáveis
3. Metodologia de análise dos preços de transferência e métodos aplicáveis
4. Constituição do dossiê de preços de transferência
 - 4.1. O papel do TOC
 - 4.2. Fontes de informação e contributo dos vários departamentos da entidade
 - 4.3. Estrutura do dossiê de preços de transferência

Autor: António Carlos Gomes Dias



JUNHO
SEG2715

DEZEMBRO
DIS5815

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. Legislação de enquadramento
2. Âmbito de aplicação do código dos contratos públicos
3. Tipos de procedimentos pré-contratuais
4. Tramitação procedimental comum
5. Tramitação do ajuste direto simplificado
6. Tramitação do ajuste direto
7. Tramitação do concurso público
8. Concurso limitado por prévia qualificação
9. Tramitação do procedimento de negociação
10. Tramitação do diálogo concorrencial
12. Acordos-quadros (art. 251.º ss.)
13. Plataformas eletrónicas
14. Garantias dos interessados - (meios de impugnação)
15. Plataformas eletrónicas

Autor: Amândio Silva

JUNHO
SEG2815

RENÚNCIA À ISENÇÃO DO IVA

1. Âmbito das isenções abrangidas pela renúncia
 - 1.1. Operações efetuadas por estabelecimentos hospitalares, clínicas, dispensários e similares
 - 1.2. Formação profissional
 - 1.3. Fornecimento de alimentação e bebidas pelas entidades patronais aos seus trabalhadores
 - 1.4. Prestações de serviços efetuados por cooperativas aos seus associados agricultores
 - 1.5. Locação de bens imóveis
 - 1.6. Transmissões onerosas de bens imóveis
2. A renúncia à isenção
 - 2.1. Condições e procedimentos
 - 2.2. As regularizações no imposto suportado
3. O caso específico da renúncia à isenção nas operações relativas a bens imóveis
 - 3.1. Locação de bens imóveis
 - 3.1.1. Condições objetivas
 - 3.1.2. Condições subjetivas
 - 3.1.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
 - 3.1.4. Obrigações
 - 3.1.5. Exercício do direito à dedução e regularizações
 - 3.2. Transmissões onerosas de bens imóveis
 - 3.2.1. Condições objetivas
 - 3.2.2. Condições subjetivas
 - 3.2.3. Formalidades e momento em que se efetiva a renúncia
 - 3.2.4. Obrigações
 - 3.2.5. Exercício do direito à dedução e regularizações

Autor: Emília Pimenta



JUNHO
SEG2915

ABRIL
DIS2315

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

1. Noção, âmbito e princípios fundamentais do procedimento tributário
2. Procedimentos tributários
 - 2.1 Procedimentos prévios de informação e avaliação
 - 2.2 Procedimento de liquidação
 - 2.3 Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais
 - 2.4. Procedimento de recurso hierárquico
 - 2.5 Procedimento de reclamação graciosa
 - 2.6 Procedimento de cobrança
 - 2.7 Procedimento de correção de erros da Administração Tributária
3. Processo Tributário
 - 3.1 Processo de impugnação judicial
 - 3.2 Processo de execução fiscal
 - 3.3 Recursos

Autor: Jorge Costa

JULHO
SEG3015

CONTABILIDADE PARA AGENTES DE SEGUROS E SOCIEDADES DE MEDIAÇÃO

1. Normativos contabilísticos aplicáveis
2. Opção pelas Normas Internacionais de Contabilidade
3. Adaptação do Plano de Contas à atividade de mediação
4. Análise do registo de algumas operações específicas
5. As divulgações adicionais no Anexo
6. Requisitos específicos da prestação e publicação das contas anuais

Autor: Sérgio Pontes



JULHO
SEG3115

LEI GERAL TRIBUTÁRIA

1. Princípios estruturantes do Estado de Direito em matéria fiscal
2. Os poderes tributários do Estado e a Administração Tributária
3. A LGT como normativo agregador das regras fundamentais do sistema fiscal
4. Princípios gerais
5. Da relação jurídica tributária
6. Caducidade e prescrição
7. Procedimento Tributário
8. Promoção do procedimento
9. Processo tributário
10. Infrações Fiscais

Autor: Jaime Devesa

JULHO
SEG3215

DEZEMBRO
DIS5915

ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO: SOCIEDADES E FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Introdução
 - 1.1. Fundos de investimento
 - 1.1.1. Enquadramento legal e entidades de supervisão
 - 1.1.2. Tipos de fundos de investimento
 - 1.2. Fundos de pensões
 - 1.3. Enquadramento legal e supervisão
2. Contabilidade dos Fundos de Investimento
 - 2.1. Normativo contabilístico
 - 2.2. Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos
 - 2.3. Conteúdo e movimentação das contas
 - 2.4. Contabilização das operações
 - 2.5. Demonstração Financeiras
3. Contabilidade dos Fundos de Pensões
 - 3.1. Normativo contabilístico
 - 3.2. Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos
 - 3.3. Conteúdo e movimentação das contas
 - 3.4. Contabilização das operações
 - 3.5. Demonstração Financeiras
4. Enquadramento fiscal

Autor: Cristina Pinto e André Vasconcelos



JULHO
SEG3315

REGIME DE FÉRIAS, FERIADOS E FALTAS

1. Nota prévia
 - 1.1. O exercício das funções de técnico oficial de contas
 - 1.1.1. As novas funções do técnico oficial de contas
 - 1.1.2. Seguro de Responsabilidade Civil e Profissional
2. Férias
 - 2.1. Direito a férias;
 - 2.2. Duração do período de férias;
 - 2.3. Casos especiais de duração do período de férias
 - 2.4. Ano do gozo das férias;
 - 2.5. Marcação do período de férias
 - 2.6. Férias de trabalhador-estudante;
 - 2.7. Alteração do período de férias por motivo relativo à empresa e por motivo relativo ao trabalhador;
 - 2.8. Efeitos da cessação do contrato de trabalho no direito a férias
 - 2.9. Efeitos do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 602/2013
3. Feriados
 - 3.1. Regime dos feriados;
 - 3.2. Feriados obrigatórios e feriados facultativos.
4. Faltas
 - 4.1. Noção e tipos de faltas;
 - 4.2. Imperatividade do regime de faltas;
 - 4.3. Faltas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim;
 - 4.4. Falta para assistência a membro do agregado familiar;
 - 4.5. Faltas para a prestação de provas de avaliação de trabalhador-estudante;
 - 4.6. Comunicação de ausência e prova de motivo justificativo de falta;
 - 4.7. Efeitos da falta justificada e da falta injustificada;
 - 4.8. Substituição da perda de retribuição por motivo de falta. Limites.

Autor: Catarina Pontes

JULHO
SEG3415

SETEMBRO
DIS4115

MÉTODOS DE REAÇÃO AOS ATOS INSPETIVOS

1. Introdução – Enquadramento legal
2. Princípios do procedimento e processo tributário e garantias dos sujeitos passivos
4. Meios de defesa do sujeito passivo
 - 4.1. Aspectos introdutórios
 - 4.2. Procedimento de revisão
 - 4.3. Revisão dos atos tributários
 - 4.4. Reclamação graciosa
 - 4.5. Impugnação judicial
 - 4.6. Declaração de substituição
 - 4.7. Opções e articulação entre diferentes meios de defesa
5. Procedimento de inspeção tributária
6. A cobrança e o processo de execução fiscal

Autor: José Roriz



SETEMBRO
SEG3515

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE BANCÁRIA

1. Breve enquadramento legal da atividade bancária
2. Normalização contabilística no setor
3. O Plano de Contas do Sistema Bancário
4. Normas, princípios e conceitos contabilísticos
5. Quadro de contas e âmbito das contas
6. A contabilização de operações bancárias específicas
7. Documentos de prestação de contas

Autor: Adjuto Correia da Silva

SETEMBRO
SEG3615

NOVEMBRO
DIS5315

SNC - AP - O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICO PÚBLICO

1. Introdução
2. A Contabilidade Orçamental
 - 2.1. Conceitos Orçamentais
 - 2.2. Elaboração do Orçamento
 - 2.3. Execução Orçamental
 - 2.4. Encerramento do Orçamento
3. A Contabilidade Financeira
 - 3.1. Estrutura Conceptual
 - 3.2. Normas
 - 3.3. Plano de Contas
 - 3.4. Modelos de Demonstrações Financeiras
4. A Contabilidade de Gestão
 - 4.1. Conceitos
 - 4.2. Objetivos
 - 4.3. Processo de apuramento dos gastos

Autor: Luís Filipe Viana



SETEMBRO
SEG3715

ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS NAS AUTARQUIAS LOCAIS

1. Enquadramento Orçamental dos documentos previsionais das Autarquias Locais.
2. Caracterização e finalidade de cada um deles no contexto do POCAL e nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais
3. Proposta de documentos previsionais complementares aos exigidos por lei.
4. Proposta de uma metodologia de trabalho para a sua elaboração.
5. Situações práticas.

Autor: João Carvalho

SETEMBRO
SEG3815

COMBUSTÍVEIS – ENQUADRAMENTO LEGAL E ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Aspectos legais e regulamentação da atividade
2. Aspectos fiscais
 - 1.1 Imposto sobre o valor acrescentado
 - 1.2 Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores
 - 1.3 Regime normal de IVA – âmbito de aplicação
 - 1.4 Tratamento em IVA da aquisições de combustíveis noutros Estados Membros
3. Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos
 - 1.1 Incidência objetiva
 - 1.2 Isenções
 - 1.3 Taxas
 - 1.4 Circulação e controlo fiscal
4. Imposto sobre o rendimento – principais contingências
5. Organização contabilística e registo das operações

Autor: Carlos Vicente



SETEMBRO
SEG3915

SETEMBRO
DIS3815

O PROCESSO DE EXECUÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO FISCAL E NA SEGURANÇA SOCIAL

1. Âmbito da execução fiscal
 - 1.1 O título executivo
 - 1.2 Competência do órgão de execução fiscal
 - 1.3 Legitimidade do Exequente
 - 1.4 Legitimidade do Executado
2. Processo de execução fiscal
 - 2.1 Instauração do processo de execução fiscal
 - 2.2 Citação e seus efeitos
 - 2.3 Prestação de garantia
 - 2.4 Processo de reclamação judicial
 - 2.5 Penhora
 - 2.6 Venda: procedimentos, modalidades e efeitos
 - 2.7 Extinção

Autor: Jesuíno Martins

OUTUBRO
SEG4015

SETEMBRO
DIS4015

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

1. Contabilização dos Investimentos financeiros no SNC
 - 1.1 Investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos
 - 1.2 Investimentos em subsidiárias
 - 1.3 Outros investimentos
 - 1.4 Definição de influência significativa e definição de controlo
 - 1.5 Método de equivalência patrimonial
 - 1.6 Goodwill e Badwill
2. Consolidação de contas
 - 2.1 Enquadramento legal e conceitos relevantes
 - 2.2 O processo de consolidação
 - 2.3 Limitações da consolidação
 - 2.4 Preparação da consolidação e escolha dos métodos
 - 2.5 Ajustamentos prévios
 - 2.6 As operações de consolidação

Autor: Ricardo Antas



OUTUBRO
SEG4115

OUTUBRO
DIS4515

GESTÃO E AUDITORIA PÚBLICA

1. Introdução
2. Tipos de controlo
3. A Inspeção Geral de Finanças (IGF)
4. A Direção Geral do Orçamento (DGO)
5. O Tribunal de Contas
6. O Controlo Interno
7. Procedimentos de controlo
8. Plano de Gestão de Riscos e Corrupção e Infra Conexas (PGRIC)

Autores: João Carvalho e Susana Silva

OUTUBRO
SEG4215

FARMÁCIAS – ENQUADRAMENTO LEGAL E ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Aspectos legais
 - 1.1 Regulamentação da atividade
 - 1.2 Relacionamento com entidades oficiais
 - 1.3 Regras de prescrição e dispensa de medicamentos e sua comparticipação
2. Organização contabilística e registo das operações
 - 2.1 O reconhecimento do rédito
 - 2.2 O controlo dos inventários
 - 2.3 Transmissão do alvará
3. Aspectos fiscais
4. Imposto sobre o valor acrescentado
 - 4.1 Aspectos gerais
 - 4.2 Facto gerador e exigibilidade do imposto
 - 4.3 Regras de faturação – o cumprimento das regras do IVA e das normas relativas às comparticipações de medicamentos
 - 4.4 Regularizações do IVA
 - 4.5 A declaração periódica
5. Imposto sobre o rendimento – principais contingências

Autor: Pedro Roque e Leonor Ferreira



**OUTUBRO
SEG4315**

ALTERAÇÃO AOS REGIMES DE IVA

1. O regime normal de IVA
- 1.1 O regime normal de IVA com direito integral à dedução
- 1.2 O regime normal do IVA com atividades mistas
2. Regime de prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
3. O Regime especial de isenção
4. O regime especial dos pequenos retalhistas
5. Mudanças de regimes: prazos, obrigações e regularizações do IVA
- 5.1 Saídas do regime normal
- 5.1.1 Para o regime especial de isenção
- 5.1.2 Para o regime dos pequenos retalhistas
- 5.1.3 Para o regime de prática de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.1.4 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.1.5 Mudanças de periodicidade
- 5.2 Saídas do regime normal com atividades mistas
- 5.2.1 Para o regime normal com direito integral à dedução
- 5.2.2 Para o regime prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.3 Saídas do regime especial de isenção
- 5.3.1 Para o regime normal
- 5.3.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.3.3 Para o regime especial dos pequenos retalhistas
- 5.4 Saídas do regime especial dos pequenos retalhistas
- 5.4.1 Para o regime normal
- 5.4.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.4.3 Para o regime especial de isenção
- 5.4.4 Para o regime de prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.5 Saídas do regime de Prática exclusiva de operações isentas que não conferem direito à dedução
- 5.5.1 Para o regime normal
- 5.5.2 Para o regime normal com atividades mistas
- 5.5.3 Para o regime especial de isenção
- 5.5.4 Para o regime especial dos pequenos retalhistas

Autor: Rui Bastos

**OUTUBRO
SEG4415**

**DEZEMBRO
DIS5715**

ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

1. Noção de plano de negócios e objetivos
2. Principais tipos de planos de negócio
3. Características fundamentais de um plano de negócios
4. Principais erros cometidos na elaboração de um plano de negócios
5. Estrutura base de um plano de negócios
6. A intervenção do TOC na elaboração de um plano de negócios

Autor: Carlos Martins



NOVEMBRO
PER0115

SETEMBRO
DIS3915

REVISÃO DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS

1. Normalização contabilística – enquadramento
2. SNC – modelo geral, NCRF-PE, Norma Contabilística para Microentidades – semelhanças e diferença. Contingências fiscais
 - 2.1 Demonstrações Financeiras
 - 2.2 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros
 - 2.3 Ativos intangíveis
 - 2.4 Ativos fixos tangíveis
 - 2.5 Ativos não correntes detidos para venda
 - 2.6 Locações
 - 2.7 Custo dos empréstimos obtidos
 - 2.8 Propriedades de investimento
 - 2.9 Imparidades de ativos
 - 2.10 Investimentos em associados
 - 2.11 Investimentos em subsidiárias
 - 2.12 Concentrações de atividades empresariais
 - 2.13 Inventários
 - 2.14 Contratos de construção
 - 2.15 Rédito
 - 2.16 Provisões
 - 2.17 Subsídios de Governo
 - 2.18 Impostos sobre o rendimento
 - 2.19 Instrumentos financeiros
 - 2.20 Benefícios aos empregados
3. Transição entre normativos contabilísticos

Autores: Graça Azevedo e Jonas Oliveira

NOVEMBRO
SEG4515

APOIO ÀS EMPRESAS — ANÁLISE FINANCEIRA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA

1. Introdução
2. A contabilidade e a gestão
 - 2.1 Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa
 - 2.2 A Preparação das demonstrações financeiras
3. Os Rácios e os Indicadores
 - 3.1 A situação financeira
 - 3.2 A situação económica
 - 3.3 Risco
 - 3.4 A Rendibilidade
 - 3.5 A gestão corrente (funcionamento)
 - 3.6 Política de dividendos
4. Conclusões

Autor: Vitor Vale



NOVEMBRO
SEG4615

OUTUBRO
DIS4615

ESNL – ENQUADRAMENTO LEGAL E ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. O Setor não lucrativo - enquadramento
2. Normativo contabilístico do Setor não lucrativo
3. Normas contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL – alguns aspetos específicos
4. A tributação das ESNL: enquadramento em IVA e em IRC

Autores: José Neves Raimundo, Gomes dos Santos e Rui Lima

NOVEMBRO
SEG4715

NOVEMBRO
DIS4915

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOC

1. As funções assacadas ao TOC – art. 6.º do EOTOC
2. O conceito de regularidade técnica constante do n.º 3 do art. 6.º do EOTOC
3. Deveres dos TOCs para com as entidades a quem prestam serviços e para com a administração fiscal
4. O dever legal de informação (do TOC perante o cliente)
5. A rescisão do contrato de prestação de serviços por iniciativa do TOC
6. A necessidade de atualizar o art.10.º do EOTOC, quer a data de início, quer a data de cessação de funções nos clientes
7. A renúncia ao cliente no Portal das Finanças
8. O art. 28.º do EOTOC – Participação de crimes públicos
9. A responsabilidade subsidiária dos TOC – pressupostos legais; o art. 24.º n.º 3 da LGT e o art. 8.º n.º 3 do RGIT; requisitos da reversão fiscal; meios de defesa.

Autor: Albano Santos



DEZEMBRO
SEG4815

NOVEMBRO
DIS5215

CONTABILIDADE DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceitos Da Contabilidade De Custos E De Gestão
 - 1.1 Contabilidade de custos e de gestão vs contabilidade financeira e orçamental
 - 1.2 Conceito de custos e proveitos, despesas e receitas, pagamentos e recebimentos
 - 1.3 Classificação dos custos e principais objetivos
2. O Papel da Contabilidade de Custos e de Gestão na Administração Pública
 - 2.1 Enquadramento
 - 2.2 Evolução da contabilidade de custos e de gestão em Portugal
 - 2.3 O caso do POCAL e o custo associado às tarifas e taxas
 - 2.4 O caso do POC-Educação e o custo das atividades e dos alunos
 - 2.5 O caso do POCMS e o custo dos serviços de saúde
3. Tendências da Contabilidade de Gestão na Administração Pública
 - 3.1 Sistema ABC (activity-based costing)
 - 3.2 Indicadores de performance
 - 3.3 Balanced Scorecard e QUAR
 - 3.4 Benchmarking

Autores: João Carvalho e Patrícia Gomes

DEZEMBRO
SEG4915

MARÇO
DIS1515

MAIS E MENOS VALIAS EM IRC E IRS

1. Conceito de mais e menos valias
2. Cálculo das mais e menos valias
3. Coeficientes de desvalorização monetária
4. Reinvestimento
5. Tributação
 - 5.1. Em sede de IRC
 - 5.2. Em sede de IRS
 - 5.2.1. Regime simplificado
 - 5.2.2. Contabilidade organizada
6. Obrigações declarativas
 - 6.1. Em sede de IRC
 - 6.2. Em sede de IRS
 - 6.2.1. Regime simplificado
 - 6.2.2. Contabilidade organizada

Autor: Cristina Pinto

DEZEMBRO
SEG5015NOVEMBRO
DIS5415**IVA (REVISÃO AO CÓDIGO)**

1. Incidência
 - 1.1. Incidência objetiva
 - 1.2. Incidência subjetiva
 - 1.3. Localização das operações
 - 1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto
2. Isenções
 - 2.1. Isenções simples ou incompletas
 - 2.2. Isenções completas
 - 2.1. Isenções nas importações
 - 2.2. Outras isenções
 - 2.3. Isenções em legislação avulsa
3. Valor tributável
 - 3.1. Nas operações internas
 - 3.2. Nas importações
4. Taxas
5. Liquidação e dedução
 - 5.1. Condições do direito à dedução
 - 5.2. Exclusões do direito à dedução
 - 5.3. Modalidades do direito à dedução (reembolsos)
6. Deduções parciais e regularizações
 - 6.1. Princípios gerais do direito à dedução
 - 6.2. Conceitos
 - 6.3. Âmbito de aplicação do Art. 23º CIVA
 - 6.4. Regularizações anuais
 - 6.5. Outras regularizações
 - 6.6. Regularizações no caso de mudança de regime (Art. 25º CIVA)
7. Obrigações dos sujeitos passivos
 - 7.1. Obrigações de pagamento
 - 7.2. Obrigações declarativas
 - 7.3. Obrigações de faturação
 - 7.4. Obrigações contabilísticas
8. Regularizações do imposto
9. Regimes especiais
 - 9.1. Regime especial de isenção
 - 9.2. Regime especial dos pequenos retalhistas
10. Regimes particulares
 - 10.1. Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
 - 10.2. Bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades
 - 10.3. Tabacos manufacturados
 - 10.4. Combustíveis
 - 10.5. Ouro para investimento
 - 10.6. Venda de pescado em lota
 - 10.7. Substituição do devedor do imposto

Autor: José Roriz

DEZEMBRO
SEG5115NOVEMBRO
DIS5015**NCRF 19 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO
– ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS**

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
 - 2.1 Normativo POC – A Diretriz Contabilística n.º 3
 - 2.2. Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 19
 - 2.2.1. Âmbito
 - 2.2.2. Combinação e segmentação dos contratos de construção
 - 2.2.3. Rébito do contrato
 - 2.2.4. Gastos do contrato
 - 2.2.5. Reconhecimento do rébito e dos gastos do contrato
 - 2.2.6. Reconhecimento de perdas esperadas
 - 2.2.7. Alteração nas estimativas
 - 2.2.8. Divulgações
3. Enquadramento Fiscal
 - 3.1. Regras gerais da periodização do lucro tributável
 - 3.2. Casos específicos dos contratos de construção

Autor: Carlos Martins



JANEIRO
DIS0115

NORMA CONTABILÍSTICA PARA PEQUENAS ENTIDADES

1. Enquadramento legal e demonstrações financeiras
 - 1.1 Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
 - 1.2 Noção de pequena entidade
 - 1.3 Regime das pequenas entidades
 - 1.4 A aplicação do regime de pequenas entidades
 - 1.5 Inventário permanente e pequenas entidades
 - 1.6 Disposições supletivas gerais
 - 1.7 Demonstrações financeiras modelos reduzidos
2. Estrutura Conceptual
3. A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
4. Alguns aspetos específicos
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.3 Ativos fixos tangíveis
 - 4.4 Ativos intangíveis
 - 4.5 Locações
 - 4.6 Empréstimos obtidos
 - 4.7 Inventários
 - 4.8 Rébito
 - 4.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 - 4.10 Subsídios do Governo
 - 4.11 Alterações em taxas de câmbio
 - 4.12 Impostos sobre o rendimento
 - 4.13 Instrumentos financeiros
 - 4.14 Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão

JANEIRO
DIS0215

SNC – ATIVOS NÃO CORRENTES

1. Enquadramento dos ativos não correntes no SNC
 - 1.1 Introdução
 - 1.2 Reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis
 - 1.3 Operações relacionadas com ativos fixos tangíveis
 - 1.4 Divulgações
2. Enquadramento dos ativos intangíveis
 - 2.1 Definição
 - 2.2 Reconhecimento
 - 2.3 Mensuração inicial
 - 2.4 Reconhecimento como gasto
 - 2.5 Mensuração após reconhecimento
 - 2.6 Amortização
 - 2.7 Imparidade
 - 2.8 Revalorização de activos intangíveis
 - 2.9 Retiradas e alienações
 - 2.10 Ativos intangíveis classificados como detidos para venda
 - 2.11 Divulgação
3. Os Investimentos Financeiros no SNC
 - 3.1 Introdução
 - 3.2 Reconhecimento e mensuração
 - 3.3 Divulgações
4. As propriedades de investimento no SNC
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Reconhecimento e mensuração
 - 4.3 Divulgações

Autores: Jorge Mota e Sónia Monteiro



**JANEIRO
DIS0315**

SNC – ATIVOS CORRENTES

1. Os ativos correntes no SNC
 - 1.1 Ativos correntes versus activos não correntes
 - 1.2 Os Ativos correntes e a Estrutura Conceptual
 - 1.3 Os ativos correntes e as Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras
 - 1.4 Os ativos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
 - 1.5 Os ativos correntes e o Código das Contas
 - 1.6 Os ativos correntes e as NCRF
2. Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos correntes
 - 2.1 Inventários
 - 2.2 Ativos Biológicos
 - 2.3 Clientes
 - 2.4 Adiantamentos a Fornecedores
 - 2.5 Estado e Outros Entes Públicos
 - 2.6 Accionistas/Sócios
 - 2.7 Outras contas a receber
 - 2.8 Diferimentos
 - 2.9 Ativos Financeiros detidos para negociação
 - 2.10 Outros Ativos Financeiros
 - 2.11 Ativos não correntes detidos para venda
 - 2.12 Caixa e Depósitos Bancários

Autor: João Cipriano

**FEVEREIRO
DIS0815**

APOIOS AO INVESTIMENTO E À EXPLORAÇÃO

1. Os projetos de investimento
 - 1.1 Conceitos
 - 1.2 Classificação de projetos de investimento
 - 1.3 As principais etapas
 - 1.4 Os riscos
2. Aspetos contabilísticos gerais – a NCRF 22
3. Principais apoios e incentivos – enquadramento legal, tratamento fiscal e contabilístico
 - 3.1 Sistemas de incentivos á inovação
 - 3.2 Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento
 - 3.3 Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização das PME
 - 3.4 Apoios à agricultura, pescas e desenvolvimento rural e regional
 - 3.5 Incentivos ao emprego
 - 3.6 Incentivos e benefícios fiscais

Autor: António José Borralho Ramalho

**FEVEREIRO
DIS0915****ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO TRABALHO E SUA APLICAÇÃO
PRÁTICA (PROCESSAMENTO DE SALÁRIOS)**

1. Introdução
2. Alterações ao Código do Trabalho
 - 2.1 Novo regime do contrato de muito curta duração
 - 2.2 Novas regras do contrato de trabalho temporário
 - 2.3 Novo regime de organização do tempo de trabalho
 - 2.4 Regime do trabalho suplementar
 - 2.5 Regime dos feriados
 - 2.6 Medidas para por fim às “pontes”
 - 2.7 Regime das férias
 - 2.8 Novo regime do Lay-off
 - 2.9 Das compensações por cessação do contrato de trabalho
 - 2.10 Procedimento do despedimento coletivo
 - 2.11 Procedimento para despedimento por extinção do posto de trabalho
 - 2.12 Novo regime do despedimento por inadaptação
3. Casos práticos

Autor: Amândio Silva**MARÇO
DIS1615****REGIME CONTABILÍSTICO E FISCAL
DAS DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES**

1. Cálculo e contabilização das amortizações e depreciações
 - 1.1 Noção de amortização e depreciação
 - 1.2 Conceito e cálculo da vida útil
 - 1.3 Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
 - 1.4 Revisão da vida útil
 - 1.5 Ativos depreciáveis
2. Regime fiscal das amortizações e depreciações
 - 2.1 Normativos - O Código do IRC e o Decreto Reg. n.º 25/2009
 - 2.2 Valorimetria dos elementos depreciáveis ou amortizáveis
 - 2.3 Período de vida útil e taxas aplicáveis
 - 2.4 Métodos de cálculo de depreciações e amortizações
 - 2.5 A depreciação de terrenos e edifícios
 - 2.6 O caso específico das viaturas ligeiras de passageiros
 - 2.7 Depreciação de bens reavaliados
 - 2.8 Bens de reduzido valor
 - 2.9 Amortização dos ativos intangíveis
 - 2.10 Mapas de depreciações e amortizações

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto



ABRIL
DIS1815

SNC - MICROENTIDADES

1. Contexto e enquadramento legal
2. Instrumentos da Normalização Contabilística para Microentidades
3. Demonstrações Financeiras para Microentidades
4. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades - alguns aspectos específicos
 - 4.1. Introdução
 - 4.2. Adopção pela primeira vez da NCRF-ME
 - 4.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.4. Activos fixos tangíveis
 - 4.5. Activos intangíveis
 - 4.6. Locações
 - 4.7. Empréstimos obtidos
 - 4.8. Inventários
 - 4.9. Rédito
 - 4.10. Provisões
 - 4.11. Subsídios do Governo
 - 4.12. Alterações em taxas de câmbio
 - 4.13. Impostos sobre o rendimento
 - 4.14. Activos e passivos financeiros
 - 4.15. Benefícios dos empregados

Autor: Avelino Antão

ABRIL
DIS2115

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

1. Princípios gerais
2. Benefícios fiscais de natureza social
3. Benefícios fiscais à poupança
4. Benefícios fiscais ao investimento produtivo
5. Benefícios fiscais relativos a imóveis
6. Benefícios fiscais ao mecenato
7. Benefícios às cooperativas
8. Outros benefícios fiscais
9. Limitações em IRS e IRC, aos benefícios fiscais
10. Casos práticos

Autor: Fernando Manuel Gonçalves da Silva



MAIO
DIS1315

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO MODELO 22 – QUADRO 07)

1. Obrigações declarativas em IRC – a modelo 22
2. Determinação da matéria coletável – As diferenças entre os vários sujeitos passivos de IRC
3. As sociedades e os estabelecimentos estáveis – relação contabilidade/fiscalidade
4. Apuramento do lucro tributável – o quadro 07 da modelo 22
 - 4.1. Periodização do lucro tributável
 - 4.2 Contratos de construção
 - 4.3 Variações patrimoniais positivas e negativas
 - 4.4 Subsídios
 - 4.5 Regra geral de aceitação de gastos e encargos não dedutíveis
 - 4.5 Inventários e ajustamentos em inventários
 - 4.6 Depreciações e amortizações – o Dec.-Reg n.º 25/2009
 - 4.7 Imparidades
 - 4.8 Provisões
 - 4.9 Créditos incobráveis
 - 4.10 Realizações de utilidade social
 - 4.11 Mais valias, menos valia e reinvestimento
5. A importância do Anexo e dossiê fiscal
6. Ligação com a IES

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto

MAIO
DIS2415

NCRF 13 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E O MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

1. Âmbito de aplicação da NCRF 13
2. Definições
3. Caracterização de empreendimentos conjuntos
4. Operações conjuntamente controladas
5. Ativos conjuntamente controlados
6. Entidades conjuntamente controladas
7. Transações entre um empreendedor e um empreendimento conjunto
8. Operadores de empreendimentos conjuntos
9. Investimentos em associadas
10. Trabalhos de preparação da aplicação do MEP
11. Aplicação do MEP
12. Aplicação de MEP – Interesses de longo prazo
13. Descontinuação da aplicação do MEP
14. Perdas por imparidade
15. Divulgações
16. Casos práticos da aplicação do MEP

Autor: José Fernando Abreu Rebouta



MAIO
DIS2515

TRIBUTAÇÃO DE NÃO RESIDENTES – ENQUADRAMENTO FISCAL EM IRS E IRC

1. Em IRS
 - 1.1 Âmbito de sujeição em IRS
 - 1.2 Determinação da residência fiscal no CIRS
 - 1.3 Determinação da residência fiscal nos ADT
 - 1.4. Formas de tributação dos não residentes
 - 1.4.1 Aplicação de taxas liberatórias
 - 1.4.2 Tributação a final
 - 1.5 A dupla tributação e o papel dos ADT
2. Em IRC
 - 2.1 Âmbito de sujeição em IRC
 - 2.2 Residentes com estabelecimento estável
 - 2.2.1 Base do imposto e determinação da matéria coletável
 - 2.2.2 Obrigações fiscais
 - 2.3 Residentes sem estabelecimento estável
 - 2.3.1 Formas de tributação
 - 2.3.1.1 Tributação por retenção a título definitivo
 - 2.3.1.2 Tributação a final com obrigação declarativa
 - 2.3.2 A dupla tributação e o papel dos ADT
3. Benefícios fiscais, em IRS e IRC, a não residentes

Autor: Sérgio Martins Ferreira

MAIO
DIS2615

ESTRUTURAÇÃO DE UM QUADRO DE BORDO DE APOIO À GESTÃO (BALANCED SCORECARD)

1. Gestão estratégica
2. Principais sistemas de gestão e de monitorização de desempenho empresarial
3. O Balanced Scorecard
 - 3.1 Principais conceitos do Balanced Scorecard
 - 3.2 Integração do Balanced Scorecard com outros instrumentos de gestão
 - 3.3 Perspectivas de valor
 - 3.4 Construção e implementação
 - 3.5 Benefícios e Dificuldades

Autor: Leonor Ferreira



MAIO
DIS2715

A EMPRESA EM DIFICULDADES – ASPETOS LEGAIS, CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. A aferição da situação da empresa
 - 1.1 Análise financeira
 - 1.2 Análise de mercados
2. Os mecanismos legais – seu enquadramento
 - 2.1 A dissolução e liquidação por iniciativa dos sócios
 - 2.1 O processo especial de revitalização
 - 2.2 O processo de insolvência
3. Aspectos contabilísticos
 - 3.1 Reconhecimento de imparidades
 - 3.2 O perdão de dívidas
 - 3.3 Operações de reestruturação de empresas
4. Aspectos fiscais
 5. A intervenção do TOC
 - 5.1 Principais pontos críticos
 - 5.2 Direitos e deveres

Autor: Vítor Vale

JUNHO
DIS2815

NCRF 10 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

1. Introdução
2. Objetivo da Norma
3. Âmbito
4. Definições
5. Reconhecimento
6. A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos
7. Diferenças em relação ao POC
8. Divulgações

Autor: José Pedro Farinha



JUNHO
DIS2915

NCRF 28 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

1. Introdução
2. Benefícios dos empregados
 - 2.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 2.2. Benefícios pós-emprego
 - 2.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 2.4. Benefícios de cessação de emprego
 - 2.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
3. Código de Contas
4. Reconhecimento e Mensuração
 - 4.1. Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 4.2. Benefícios pós-emprego
 - 4.3. Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 4.4. Benefícios de cessação de emprego
 - 4.5. Benefícios de remuneração em capital próprio
5. Divulgações

Autor: Pega Magro

JUNHO
DIS3015

CÓDIGO CONTRIBUTIVO

1. Disposições Gerais e Comuns
2. Regimes Contributivos do Sistema Previdencial
3. Incumprimento da Obrigação Contributiva
4. Regime Contra-Ordenacional
5. Disposições Complementares, Transitórias e Finais

Autor: António Fernando Silva



JULHO
DIS3115

NCRF 21 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

- 1.A NCRF 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- 1.2 Definições Utilizadas
- 1.3 Provisões Vs Outros Passivos
- 1.4 Provisões e Passivos Contingentes
- 1.5 Condições de Reconhecimento
 - 1.5.1 De Provisões
 - 1.5.2 De Passivos Contingentes
 - 1.5.3 De Ativos Contingentes
- 1.6 Mensuração
- 1.7 Aplicação das Regras de Reconhecimento e de Mensuração
 - 1.7.1 Perdas Operacionais Futuras
 - 1.7.2 Contratos Onerosos
 - 1.7.3 Reestruturação
- 1.8 Divulgações
- 1.9 NCRF 21 vs POC e Legislação Complementar NCRF em Portugal
- 2. Aspetos Contabilísticos das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: do POC ao SNC
 - 2.1 Introdução
 - 2.2 O Normativo Comunitário
 - 2.3 O Normativo Português: do POC Ao SNC
 - 2.3.1.1 “Da Prudência”
 - 2.3.1.2 “Da Especialização (ou do Acréscimo)”
 - 2.3.1.3 “Da Continuidade”
 - 2.3.1.4 “Da Consistência”
 - 2.3.2 Valorimetria dos Ativos e Passivos do POC ao SNC: Provisões 27
 - 2.3.3 Assentos Contabilísticos
 - 2.3.4 Impacto ao nível das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: do POC ao SNC
 - 2.3.4.1 Apresentação no Balanço Individual e Consolidado 33
 - 2.3.4.2 Apresentação na Demonstração dos Resultados por Naturezas 35
 - 2.3.4.4 Apresentação na Demonstração dos Fluxos de Caixa 38
 - 2.3.4.5 Divulgações no Anexo

Autor: Mário Guimarães

JULHO
DIS3215

LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SERVIÇOS

- 1. Enquadramento
 - 1.1. Introdução
 - 1.2. Normativos
- 2. Alterações às regras de localização das prestações de serviços
 - 2.1. A nova sistematização do artigo 6.º do CIVA
 - 2.2. As duas regras gerais
 - 2.3. As exceções comuns às duas regras gerais
 - 2.4. As exceções específicas à regra de localização aplicável às prestações de serviços em que o destinatário dos serviços é um não sujeito passivo do IVA
 - 2.5. Extensão da territorialidade.
- 3. A nova declaração recapitulativa
- 4. A nova declaração periódica

Autor: José Roriz



SETEMBRO
DIS3515

NCRF 22 – CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DOS APOIOS DO GOVERNO

1. Introdução
2. Objetivo da Norma
3. Âmbito
4. Subsídios do Governo
5. Apoios do Governo
6. Casos práticos
7. Divulgações

Autores: Carla Carvalho e Graça Azevedo

SETEMBRO
DIS3615

IMPOSTOS DIFERIDOS

1. Relações entre contabilidade e fiscalidade
 - 1.1 Normas contabilísticas e fiscais
 - 1.2 Diferenças entre o lucro tributável e o lucro contabilístico
 - 1.3 Diferenças permanentes
 - 1.4 Diferenças temporárias
 - 1.4.1 Diferenças temporárias tributáveis
 - 1.4.2 Diferenças temporárias dedutíveis
2. Natureza do imposto sobre lucros. Os métodos de contabilização
3. Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos por impostos diferidos
4. Tratamento contabilístico dos impostos diferidos – exemplos práticos
5. Divulgações

Autor: Cristina Gonçalves



SETEMBRO
DIS3715

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

1. Enquadramento prévio
2. Os princípios do procedimento tributário
3. Os procedimentos impugnatórios
4. Os princípios do processo tributário
5. O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos
6. Os meios impugnatórios de actos lesivos
7. Os meios cautelares

Autor: Jesuíno Martins

SETEMBRO
DIS4215

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES (ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS)

1. Dissolução de Sociedade Comerciais
 - 1.1. Definição
 - 1.2. Causas de Dissolução Imediata
 - 1.3. Causas de Dissolução Administrativa
 - 1.4. Causas de Dissolução Oficiosa
2. Liquidação de Sociedades Comerciais
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. O Processo de Liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
 - 4.1. Extinção de dívidas da Sociedade
5. Tratamento Contabilístico e Fiscal
6. Fusão e Cisão
 - 6.1. Fusões
 - 6.1.1. Conceitos
 - 6.1.2. O Processo de Fusão
 - 6.1.3. Tratamento Fiscal
 - 6.1.4. Tratamento contabilístico
 - 6.2. Cisão
 - 6.2.1. Conceito e Modalidades
 - 6.2.2. Processo de Cisão
 - 6.2.3. Tratamento Fiscal
 - 6.2.4. Tratamento contabilístico

Autor: José Manuel Soares Rodrigues de Oliveira



**OUTUBRO
DIS4415**

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

1. Introdução
- 1.1. A insolvência como objetivo principal
- 1.2. A recuperação de empresas como elemento secundário
- 1.3. A responsabilização criminal pela insolvência
2. A responsabilidade do TOC e das empresas de contabilidade
- 2.1. A responsabilidade pela documentação
- 2.2. Junção de documentos ao pedido de declaração de insolvência
- 2.3. Apreensão judicial dos elementos de contabilidade
3. Sujeitos suscetíveis de declaração de insolvência
4. Efeitos da declaração de insolvência
5. Processo
6. O Processo Especial de Revitalização
7. Aspetos Fiscais

Autor: José Manuel Teixeira

**NOVEMBRO
DIS4715**

PREPARAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

1. Breve enquadramento da Demonstração dos Fluxos de Caixa no normativo contabilístico
2. Necessidade e importância da demonstração de fluxos de Caixa
3. A NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa
4. Metodologia para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Outras divulgações
6. Os fluxos de Caixa como modelo de avaliação do desempenho – casos práticos

Autores: Eduardo Sá e Carlos Martins



NOVEMBRO
DIS4815

AGÊNCIAS DE VIAGENS – ASPETOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS

1. Introdução
2. Regime especial de tributação em sede de IVA aprovado pelo DL221/85
 - 2.1. Âmbito de aplicação do regime especial
 - 2.2. Condições de aplicação
 - 2.3. Entidades abrangidas
 - 2.4. Operações abrangidas pelo regime
 - 2.5. Operações excluídas do regime
 - 2.6. Facto gerador e exigibilidade do imposto
 - 2.7. Determinação da margem e apuramento do imposto
3. Situações particulares
 - 3.1. Direito à dedução
 - 3.2. Apuramento de margem negativa
 - 3.3. Forma determinação de despesas dentro/fora comunidade
 - 3.4. Adiantamentos
 - 3.5. Alteração do valor tributável
4. Contabilização das operações das agências de viagens
 - 4.1. Reconhecimento do rédito
 - 4.2. Proposta de desdobramento do plano de contas
 - 4.3. Contabilização das operações referentes a:
 - 4.3.1. Atuação em nome próprio;
 - 4.3.2. Atuação em nome e por conta de outrem;
 - 4.3.3. Apuramento do IVA no regime da margem
5. Outros aspetos fiscais

Autores: André Vasconcelos e Cristina Pinto

DEZEMBRO
DIS5515

ÉTICA E DEONTOLOGIA

1. Conceitos básicos: ética e deontologia profissional
2. As funções do TOC e a prática de atos por estes profissionais que, nos termos da lei não sejam da sua competência profissional
3. Os direitos do TOC perante a OTOC e outras entidades públicas
4. Os direitos do TOC perante o cliente
5. Os deveres do TOC perante a OTOC
6. Os deveres do TOC perante o cliente
7. Os deveres do TOC perante a Administração Fiscal – as relações com entidades públicas e privadas
8. Deveres recíprocos do TOC
9. A infração e as penas disciplinares

Autor: Marco Nunes

**DEZEMBRO**
DIS5615**NCRF 27 - INSTRUMENTOS**
FINANCEIROS - APLICAÇÕES PRÁTICAS

1. Âmbito de aplicação, definições de instrumentos financeiros / Normas aplicáveis nacionais e internacionais
2. Ativos financeiros - Mensuração
 - 2.1. Inicial (NCRF 27 / IAS 39 / IFRS 9)
 - 2.2. Subsequente (IAS 39)
 - 2.2.1. Ativos financeiros detidos para negociação
 - 2.2.2. Contas comerciais a receber
 - 2.2.3. Empréstimos concedidos detidos até à maturidade
 - 2.2.4. Ativos financeiros disponíveis para venda
 - 2.3 Exemplos práticos
- 2.4. Subsequente (IFRS 9)
- 2.5. Subsequente (NCRF 27 / NCRF-PE / NC-ME)
3. Ativos financeiros – Imparidade
4. Ativos financeiros - Desreconhecimento
5. Instrumentos de capital próprio
 - 5.1. Apresentação (IAS 32): instrumentos de capital próprio vs. passivos
 - 5.2. Instrumentos financeiros compostos (componente de passivo + componente de capital próprio)
 - 5.3. Ações próprias
 - 5.4. Reconhecimento de perdas e ganhos no Resultado integral
 - 5.5. NCRF 27
 - 5.6 Exemplos práticos
6. Passivos financeiros - Mensuração
 - 6.1. Inicial (NCRF 27 / IAS 39 / IFRS 9)
 - 6.2. Subsequente (IAS 39)
 - 6.2.1. Contas comerciais a pagar
 - 6.2.2. Empréstimos obtidos (obrigações) detidos até à maturidade
 - 6.2.3. Contas comerciais a pagar em moeda estrangeira
 - 6.2.4. Instrumentos de dívida perpétua / obrigações convertíveis
 - 6.3 Exemplos práticos
 - 6.4. Subsequente (NCRF 27 / NCRF-PE / NC-ME)
 - 6.5. Desreconhecimento de passivos financeiros (Critérios e ex. prático)
7. Instrumentos financeiros - Divulgações
8. Contabilização de produtos derivados
 - 8.1. Breve introdução de conceitos
 - 8.2. Motivações para investir (Cobertura vs. Especulação)
 - 8.3 Tratamento contabilístico (op. de cobertura ou especulativa)
 - 8.4. Reconhecimento e mensuração de derivados especulativos
 - 8.5 Contabilidade de cobertura (objetivo; eficácia da cobertura)
 - 8.6 Cobertura de justo valor, cobertura de fluxos de caixa e cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira
 - 8.7 Exemplos práticos de investimentos em produtos derivados (de especulação e de cobertura)

Autor: Pedro Roque



OTOC

ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Telefone geral **217 999 700** | Fax **217 957 332 / 217 959 080 / 217 959 20**
E-mail **geral@otoc.pt** | **www.otoc.pt**